

“Dívida e desequilíbrio emperram a retomada”

AGÊNCIA ESTADO

A economia brasileira reúne hoje todos os requisitos básicos para voltar a crescer, mas sua reativação está amarrada a dois fatores de difícil solução, a renegociação da dívida externa e o enorme desequilíbrio financeiro do setor público” disse ontem o presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, Firmino Rocha de Freitas.

Em almoço promovido pelo Clube de Diretores Lojistas, ele advertiu para a necessidade de não terem ilusões em relação ao endividamento, pois, embora o País tenha acumulado reservas cambiais este ano, o serviço dos débitos externos continua ameaçando a estabilidade econômica a longo prazo. E sem a solução efetiva e sustentável desse problema, acrescentou, o Brasil viverá os próximos anos com sobressaltos e recuos que minam a confiança empresarial e inibem o crescimento. Em relação ao déficit público, ele lembrou que seus reflexos atingem todo mercado financeiro, gerando rigidez nas taxas de juros reais, pressões inflacionárias crônicas e especulação financeira.

Para Rocha de Freitas, as perspectivas para esta década são dramáticas, e mesmo se a economia brasileira crescesse 5% ao ano entre 1985 e 1989, voltando-se à mesma renda per capita de 1980, estará perdida toda uma década de desenvolvimento. Daí a necessidade de uma reativação, observou ele.

Entre os fatores que favorecem a retomada do crescimento, enumerou a substituição das importações de petróleo; a enorme capacidade ociosa nos serviços de infra-estrutura e no setor de insumos básicos de bens de capital provocada pela recessão; o não sucateamento da indústria a despeito desta mesma recessão; a grande massa de ativos líquidos no País ou no Exterior que pode ser canalizada para a atividade produtiva, desde que haja condições e confiança, e a enorme demanda reprimida de bens duráveis e não duráveis.

Mas, para desencadear esse crescimento, o presidente da Abinee conside-



Arquivo

Firmino: não se iludam

rou fundamental o reaquecimento do mercado interno mediante um pacote de medidas que envolva um aumento do gasto público em áreas prioritárias — com sua consequente retração em outras — por meio de obras de caráter emergencial. Isso, acrescentou, geraria mais empregos urbanos e descomprimiria o setor público, junto ao mercado financeiro de forma a reduzir as taxas de juros reais. O sistema econômico multiplicaria os efeitos desse impulso inicial do Estado, recuperando o nível de atividade.

DESENVOLVIMENTO

Em discurso ontem proferido na Câmara, o deputado Rubem Medina (PDS-RJ) preconizou a retomada do processo de desenvolvimento como condição para que o País possa pagar a dívida externa.

O deputado sugeriu também duas medidas que considera fundamentais: 1) a transferência, para os mutuários finais, de todas as vantagens que venham a ser obtidas nas negociações externas. “Se for obtida ampliação nos prazos — disse — é indispensável que esse benefício seja transferido para a empresa brasileira, que foi a usuária final da operação.”